



Educação em Agroecologia: aprendendo com as experiências
Síntese dos artigos submetidos ao I SNEA – Grupo de Trabalho 7

José Nunes da Silva¹

¹Professor, NAC-DEd/UFRPE, zenunes13@yahoo.com.br

O presente texto tem o objetivo de apresentar sucintamente os textos submetidos ao Grupo de Trabalho durante o *I Seminário Nacional sobre Educação em Agroecologia*, realizado pela Associação Brasileira de Agroecologia, em parceria com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE, em Paulista, Pernambuco, no período de 03 a 05 de julho de 2013. Longe de ter a pretensão de avaliar ou julgar as contribuições apresentadas e selecionadas pela comissão científica do evento, este texto visa levantar questões para animar o debate neste espaço de construção do conhecimento agroecológico, a partir de um “olhar” proporcionado por uma leitura prévia dos artigos. De antemão, gostaríamos de explicitar o quão desafiante é essa tarefa. Alguns trechos foram extraídos na íntegra dos textos originais, porém não estão citados por não termos adotados aqui as normas estabelecidas pela ABNT.

Neste grupo, debateremos as questões postas por **sete experiências** de educação em Agroecologia espalhadas por diferentes lugares de nosso país, cobrindo do Pará ao Paraná, passando pelo Rio de Janeiro, por Minas Gerais, pela Bahia e pelo Maranhão.

A **primeira** delas foi intitulada *A construção de saberes e sabores agroecológicos: relato de experiência docente no Centro Estadual de Educação Profissional do Campo Milton Santos, no Assentamento Terra Vista em Arataca- Bahia* e apresentada por Augusto Araújo Santos. A experiência é de ensino formal, em nível médio integrado ao técnico profissionalizante. No desenvolvimento de tal curso, o Centro Milton Santos tem primado pelo estabelecimento de uma relação direta com a comunidade, como a realização de projetos de intervenção social, junto a agricultores/as familiares, realizados pelos/as próprios/as discentes. Parece-nos interessante a ideia apresentada do “aprender fazer fazendo”, já que, além de ministrarem “aulas” teóricas e práticas nas unidades produtivas, de forma individualizada, os/as discentes se envolvem no preparo de diferentes insumos utilizados no manejo orgânico das cabucas (agroflorestas compostas por cacauzeiros e uma diversidade de outras espécies). Por fim, destacamos o esforço do Centro Milton Santos para estimular a prática de sistematização dos conhecimentos construídos no curso, com posterior divulgação. Um exemplo claro foi a participação de discentes do curso nos diferentes espaços do



Congresso Brasileiro de Agroecologia, no qual apresentaram diferentes trabalhos sobre a experiência.

A **segunda** experiência trata da formação de professores para a Agroecologia a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Foi apresentada por Diogo de Souza Pinto, Fabrício Amador, Lia Maria Teixeira de Oliveira e Marília Campos. Os/as autores/as introduzem um debate interessante sobre a diversidade de propostas pedagógicas e metodológicas dos cursos de Agroecologia do Brasil, nos diferentes níveis e modalidades. Essa diversidade de propostas exige de nós uma reflexão sobre quem é o/a educador/a apto/a para atuar nas mesmas. Nesse sentido, afirma-se que, ao pensarmos a identidade deste/a educador/a em Agroecologia, não podemos centralizar nossa análise somente nas licenciaturas, já que nos cursos vamos encontrar profissionais de diferentes áreas de conhecimento atuando. Nesse “encontro” de diferentes áreas do conhecimento, forma-se a identidade do/a educador/a agroecológico/a / agroecólogo/a educador/a, que, em muitos casos, trazem em sua “bagagem” a militância em distintos movimentos sociais e organizações, quase sempre não governamentais. Embora tal militância tenha contribuído significativamente para a formação de quadros de educadores/as, o artigo aponta para uma insuficiência numérica destes/as profissionais, para atender às demandas crescentes por profissionais qualificados para esta atuação. Para fundamentar a prática, os/as autores/as defendem uma relação intrínseca entre educação em Agroecologia e educação popular.

Como pressupostos da experiência, os/as autores/as listam: a formação multidisciplinar e interdisciplinar; a elaboração da proposta político-pedagógica e da organização curricular em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo e as organizações dos povos tradicionais, dialogando coletiva e diretamente com suas experiências e demandas; a formação a partir da Pedagogia da Alternância, de forma que a articulação dos Tempo-Escola (TE) e Tempo-Comunidade (TC) se construa a partir do Estudo da Realidade; as atividades de docência e extensão articuladas a partir da pesquisa (Estudo da Realidade), propondo aos/às educandos/as (por território) a construção de um trabalho integrado que parte da pesquisa da realidade local e que busca desafiar os/as educandos/as a articularem interdisciplinarmente os diferentes conhecimentos trabalhados nas aulas do TE; a formação de professores/as baseada num processo autorreflexivo. Alia-se a esses pressupostos a importância atribuída à experimentação agroecológica, buscando garantir, dentro das possibilidades infraestruturais, espaços pedagógicos que possam potencializar, cada vez mais, a fusão



da teoria com a prática. Por fim, a experiência da UFRRJ aponta o desafio para a construção dos currículos para a educação em Agroecologia, na medida em que se propõem a educar nas fronteiras da inter/transdisciplinaridade, rompendo a tradição disciplinar e caminhando para a construção de “neodisciplinas”.

William Bruno Silva Araújo e Ribamar Ribeiro Júnior apresentam a **terceira** experiência, que trata da formação de indígenas em Agroecologia, a partir do curso técnico em Agroecologia dos povos indígenas do sudeste paraense. Gostaríamos de destacar duas questões importantes sobre a origem de tal curso. A primeira é que o mesmo sucede uma Escola Família Agrícola (EFA); e a segunda é que, similar à experiência do Centro Milton Santos, a criação desse curso no Campus Rural de Marabá do IFPA foi impulsionada por processos sociais de luta por direitos. Nesse caso específico, o direito à educação contextualizada e de qualidade. Utilizando o regime de alternância, a proposta pedagógica foi construída coletivamente, ouvindo as aldeias envolvidas através de seminários e rodas de conversas. Este papel ativo dos/as indígenas na proposta se dá inclusive na seleção dos/as jovens que participarão do curso.

O currículo e as diretrizes do curso foram elaborados, levando-se em consideração o respeito às identidades indígenas nas suas relações tradicionais com a natureza; o atendimento às necessidades de recuperação/melhoramento dos processos produtivos das aldeias e seus projetos de futuro, inclusive no que se refere à reprodução da vida do povo através das novas gerações; e o diálogo entre as necessidades das aldeias e as aspirações frente ao curso técnico, sem perder de vista as especificidades dos povos indígenas, atendendo ao catálogo do curso em Agroecologia e as competências do Ensino Médio. Com duração de 3 anos, o curso tem como eixo articulador a sustentabilidade dos povos indígenas e, em três ciclos distintos, trabalha: diagnóstico sociocultural e agroambiental da aldeia (1º ciclo); agroecossistemas, gestão sustentável dos recursos naturais e segurança alimentar (2º ciclo); e etnodesenvolvimento e políticas públicas (3º e último ciclo). Os/as autores/as defendem uma proposta de currículo integrado, fundamentado nas contribuições de Paulo Freire, envolvendo três momentos: o estudo da realidade, a organização do conteúdo escolar e a aplicação do conhecimento. Por fim, gostaríamos de destacar que, na formação com indígenas apresentada pelo IFPA, a interculturalidade e o “aprender fazer fazendo” são princípios norteadores, que contam com a pesquisa como um princípio educativo que perpassa todo o processo formativo.

Claudenir Favero *et al.* apresentam para o debate a **quarta** contribuição,



intitulada *Formação em Agroecologia nos vales do Jequitinhonha e Mucuri - Minas Gerais*. Iniciado a partir do acúmulo realizado pelo Grupo Aranhã de Agroecologia da UFVMJ, tal processo formativo se assenta em três estratégias principais: realização de oficinas internas, efetuação de seminários regionais e promoção de encontros de intercâmbio. O Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVMJ foi apoiado por recursos governamentais via Edital nº 58/2010, do CNPq/MDA. Esse tipo de apoio tem potencializado diferentes processos formativos em diversas universidades brasileiras. Na experiência do NAC, como em outras aqui sintetizadas, destaca-se as parcerias fundamentais com ONGs e movimentos sociais, sobretudo aqueles vinculados à luta no campo brasileiro.

Como fundamentos da experiência, o NAC-UFVMJ apresenta: a Agroecologia como ciência-movimento e prática; a construção de processos educativos que propiciem o diálogo de saberes e se contraponham à perspectiva bancária de educação e ao campesinato como ator central no processo de construção do conhecimento (ênfatisando práticas e estratégias baseadas nos saberes tradicionais acumulados e transmitidos pelas sucessivas gerações). A perspectiva é a formação do/a **profissional educador/a** através da interação dos conhecimentos acadêmico-científicos com os saberes camponeses e tradicionais na construção do conhecimento e da inovação tecnológica de agroecológicos. Nesse sentido, afirmam os/as autores/as: “buscamos elementos metodológicos no **sócio-construtivismo** (AUSUBEL et al., 1980), no **sócio-interacionismo** (VIGOTSKY, 1984), na **pedagogia emancipatória** (FREIRE, 1992), na **ecologia de saberes** (SANTOS, 2006) e na **pesquisa-ação** (BARBIER, 2007)”. Tal opção metodológica leva à realização de atividades educativas contextualizadas, utilizando metodologias participativas e respeitando os saberes de cada indivíduo envolvido no processo. Abordando um amplo leque temático nas oficinas, nos seminários e nos intercâmbios, na medida das possibilidades e contextos, são utilizadas técnicas e dinâmicas que incorporem imagens, símbolos, músicas, poesias e outros elementos lúdicos que facilitem a expressão e a interação entre os/as participantes.

Como resultados, podemos destacar a formação de monitores/as para Escolas Família Agrícola, fortalecendo essas importantes experiências de educação comunitária, bem como o envolvimento de estudantes, professores/as e técnicos/as em outros espaços de organização social como o *Fórum de Movimentos Sociais dos Vales do Jucuri e Jequitinhonha*. Assim, a experiência tem contribuído significativamente para a formação profissional, resultando em contratações de egressos, no aperfeiçoamento das práticas



agroecológicas e no reconhecimento de parceiros e movimentos sociais.

O texto *Núcleo de estudo em Agroecologia: uma contribuição para o reconhecimento de potencialidades das comunidades quilombolas do município de Alcântara – MA*, apresentado por Georgiana Eurides de Carvalho Marques, é a **quinta** contribuição apresentada a este Grupo de Trabalho. O mesmo objetiva apresentar o trabalho do NEA-IFMA para diagnosticar as potencialidades agroecológicas das agrovilas e comunidades quilombolas de Alcântara. O contexto é o da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, que deslocou populações, interferindo no modo de vida de diversas comunidades. O NEA através de diagnóstico das comunidades, capacitações, visitas técnicas, vivências ambientais e intervenções educacionais, buscou identificar as potencialidades das comunidades (agrovilas e remanescentes quilombolas) para a manutenção/adoção de práticas agroecológicas. O NEA-IFMA foi apoiado pela Setec-MEC. No entanto, no IFMA, os financiadores não garantiram todos os recursos previstos, o que, em certa medida, dificultou a realização das atividades previstas. Destaca-se ainda que a compreensão institucional sobre a importância da extensão dificultou o desenvolvimento das atividades. Contudo, houve aprendizado, ampliação do número de estudantes interessados/as nas temáticas trabalhadas e aumento das publicações científicas. Como estratégia de construção do conhecimento agroecológico, foram formados/as multiplicadores/as (estudantes e agricultores/as) que, a partir de diferentes contextos, têm dado continuidade às atividades formativas.

Ana Paula Cavalheiro de Andrade e Helton Pacheco apresentam a **sexta** experiência do GT, sobre a pós-graduação em Agroecologia, no curso de especialização em Agroecologia do IFPR. O curso é ministrado na modalidade semipresencial, utilizando os recursos da Educação à Distância (EAD). Construído em parceria com movimentos sociais do Paraná, tal experiência visa ofertar capacitação para professores/as que atuam em escolas técnicas, tendo como um dos objetivos centrais a ruptura com o modelo de ensino, predominante nas Ciências Agrárias, que se fundamenta, majoritariamente, na difusão do processo denominado de *Revolução Verde* (uso intensivo de insumos industriais, visando artificialização da agricultura). Dentre as parcerias, destacamos aquelas firmadas com secretarias estaduais de educação, com a Setec-MEC/IFPR, que viabilizou a proposta, e com o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, no qual se realizam as aulas práticas.

O curso, como enfatizam os autores, tem o objetivo geral de formar profissionais com conhecimentos sólidos e atitudes necessárias para contribuir para os processos



formativos de jovens que cursam o Ensino Técnico, visando estimular a transição de estilos de agricultura convencionais para estilos de agricultura de base ecológica, e está dividido em módulos presenciais e atividades desenvolvidas no ambiente virtual.

A experiência aponta, como dificuldade no processo de construção do conhecimento, o avanço lento na ruptura com o modelo “compartimentado”/disciplinar que referencia a prática pedagógica tradicional, uma vez que os artigos elaborados como parte obrigatória para a conclusão do curso são disciplinares.

Parece-nos pertinente refletir sobre a experiência considerando o acesso à rede mundial de computadores; a familiaridade dos/as agricultores/as e seus/suas filhos/as com as ferramentas educativas da EAD e a relação educador/a-educando/a nos processos de aprendizagem, sobretudo aqueles realizados no ambiente virtual. Tal experiência nos traz o desafio de debater sobre os processos de democratização-acesso ao conhecimento *versus* a qualidade dos processos educativos.

A **sétima** e última experiência trata dos terreiros-culturais na zona da mata de Minas Gerais e foi apresentada por Kim Sá da Silva *et al.* Tais terreiros se inserem nas ações do *Projeto Teia*, realizado na UFV. Os mesmos consistem em excursões por comunidades da zona da mata mineira e se fundamentam nos princípios da educação popular e libertadora, tendo a cultura popular como referência.

Os terreiros-culturais fomentam a *Troca de Saberes*, outra atividade do Teia, que objetiva traçar um diálogo horizontal entre universidade e sociedade, propiciando uma prática pedagógica popular e libertária, tendo como bandeiras a Agroecologia e a oposição ao modelo de desenvolvimento e sociedade hegemônico, potencializando o diálogo de diferentes experiências.

Nesse sentido, os terreiros extrapolam os muros da universidade e vão para as comunidades. Para tal atividade são convidados, além da comunidade que recebe o evento, comunidades vizinhas, comunidades parceiras, movimentos sociais, estudantes de EFAs da região, estudantes e grupos da universidade, além de grupos culturais como representantes de diferentes congados e folias da zona da mata, grupos de capoeira, teatro, maracatu, dentre outros, o que demonstra o envolvimento de uma pluralidade de atores sociais na proposta. No âmbito interno da UFV, visa-se potencializar uma estratégia interdepartamental, envolvendo diferentes áreas do conhecimento acadêmico como Solos, Fitotecnia, Arquitetura, Zootecnia, Veterinária, Medicina, Engenharia Civil, Informática, Dança, Educação, Geografia, entre outros, propiciando um diálogo rico de saberes e reelaborando constantemente a concepção de extensão da



universidade.

Do ponto de vista metodológico, considerando que os terreiros culturais se adequam à realidade de cada comunidade, torna-se necessário um redesenho teórico-metodológico constante. A metodologia da pesquisa-ação usada pelo *Programa Teia* aponta no sentido de fazer interagir ações e construir redes usando técnicas que visem à participação equitativa e o reconhecimento de saberes e de tecnologias sociais com a geração de sua síntese possível. Para tal, técnicas diagnósticas, planejamento, execução e monitoramento participativos (CHAMBERS, 1997; GUIJT *et al.*, 2000) são utilizados de forma transversal na construção do terreiro, e, para além do terreiro, com relatos e impressões dos/as estudantes e dos/as moradores/as das localidades trabalhadas.

Os/as autores/as afirmam que, na perspectiva da ecologia de saberes, os terreiros culturais utilizam instalações pedagógicas (IPs) como lugares privilegiados de intercâmbio entre a sabedoria popular e o saber universitário. Tais IPs podem ser compreendidas como uma ambiência composta por elementos da realidade suscitadores de problematização e reflexão. Além das IPs, destacam-se como atividades os círculos de cultura, que promovem o processo de ensino e aprendizagem, da leitura e da escrita, realizando debates sobre questões centrais do cotidiano. Neles, se horizontalizam conhecimentos, e ele têm se mostrado como uma ferramenta que potencializa a dialogicidade com os/as agricultores/as.

Por fim, nos terreiros culturais tornam-se imprescindíveis as figuras dos mestres e mestras griôs. Nos termos dos/as autores/as, tais mestres/as possuem conhecimento e sabedoria acumulada sobre sua realidade, transmitindo, através da oralidade, histórias, causos e percepções. Os/as griôs também aparecem nesse contexto com fundamental papel, uma vez que são sujeitos da própria comunidade ou de comunidades que também vivem da terra e da natureza, transmitindo mensagens que inspiram os/as mais jovens e fazem recordar os que viveram tempos passados, executando um importante papel de resgate.

Assim, pode-se afirmar que os terreiros culturais surgem como momentos de para se restabelecer a conexão entre natureza e cultura nas comunidades trabalhadas, através da Agroecologia e da cultura popular, propiciando um ambiente fértil para uma ecologia de saberes, contrapondo-se à monocultura do saber, entendendo ambos, cultura e natureza, como complementares para a realização da vida humana.

Os momentos como os propiciados pelo terreiro cultural permitem, através da construção coletiva e do diálogo horizontal, reinventar a concepção de natureza, em que



valorizar nossas raízes históricas, culturais e étnicas surge como uma oportunidade de também ressignificar o passado, subverter o hegemônico e se abrir para o novo. Um caminho para reexistir.

Expostas as ideias captadas da leitura dos textos, cabe-nos o desafio de apresentar algumas questões gerais que possam fundamentar o debate sobre os princípios e fundamentos da educação em Agroecologia, objeto deste seminário. Organizaremos tais questões em tópicos.

- 1) As experiências educativas em Agroecologia se localizam tanto no espaço escolar/universitário como para além destes.
- 2) As experiências apresentadas leva-nos a afirmar que a educação em Agroecologia pode ser implantada em diferentes níveis e modalidades.
- 3) Há no Brasil uma diversidade de propostas pedagógicas e metodológicas para as experiências educativas em agroecologia.
- 4) Em sua grande maioria, as experiências de educação em Agroecologia se fundamentam nos acúmulos dos processos de educação popular.
- 5) Esse acúmulo fundante da educação popular se deu, geralmente, em experiências antecessoras das aqui apresentadas, como aquelas postas em prática por ONGs, movimentos sociais, EFAs, entre outras instituições/movimentos.
- 6) Foram nessas experiências antecessoras que se formou uma geração de educadores/as agroecológicos/as , agroecólogos/as, educador/a / profissional.
- 7) Embora tais experiências antecessoras tenham formado tais educadores/as, há um déficit entre a demanda e a oferta desses profissionais.
- 8) A Pedagogia da Alternância tem sido adotada, com distintos formatos, em algumas das experiências apresentadas.
- 9) A multi/inter/transdisciplinaridade tem se colocado como desafio para a construção dos currículos das experiências de educação em Agroecologia.
- 10) Tais currículos necessitam de maior flexibilidade para serem contextualizados às realidades nas quais as experiências acontecem.
- 11) Cada vez mais, uma pluralidade de atores sociais participa da organização da demanda, da concepção e da implantação de propostas educativas em Agroecologia, o que inevitavelmente exige a adoção de outra forma de construir conhecimento, rompendo com o modelo cartesiano-productivista.



- 12) Nesse conjunto de atores sociais, o campesinato brasileiro e a agricultura familiar, com suas distintas identidades, tem se tornado o agente de um conjunto de experiências de educação em Agroecologia.
- 13) As experiências apresentam um conjunto de técnicas e métodos participativos que vêm sendo amplamente utilizado nos processos formativos.
- 14) É marcante o conjunto de parcerias institucionais (governamentais e não governamentais) para garantir o funcionamento de algumas experiências.
- 15) O apoio financeiro disponibilizado por agências e órgãos governamentais tem impulsionado e contribuído para consolidação de algumas experiências.
- 16) Como processo educativo libertário e emancipador, as experiências de educação em Agroecologia não se consolidarão sem o enfrentamento ao modelo hegemônico de educação “bancária”, que não propicia a troca de saberes, fundamento para a construção de um conhecimento “novo” que redefina as relações sociedade-natureza.